



Anais da Assembléia

N.º 28

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 12 DE ABRIL DE 1976.

ANO II

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 36ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 1976 (SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Muggiati Filho.

Às 14:00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielise Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Gabriel Sampaio, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, Ernesto Dal'Oglio, Gilberto Carvalho, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Osvaldo Macedo e Wilson Fortes (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 11/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 10/76, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Cambira, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 12/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 31/76, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Medianeira, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 12/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Medianeira, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Olavo Bilac, o Grupo Escolar Marechal da Costa e Silva e a Casa Escolar Padre Eduardo Micheli, da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 22 de março de 1976.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente
IVAN RUPPEL — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA Parecer à Proposição nº 31/76

I — Obedecendo dispositivos constitucionais o Sr. Governador está enviando a esta Assembléia Legislativa, cópia autêntica do convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Medianeira, visando reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Olavo Bilac, o Grupo Escolar Marechal da Costa e Silva e a Casa Escolar Padre Eduardo Micheli, da sede do referido Município.

II — O Sr. Governador está tão somente exercitando o que lhe é facultado pela Constituição Estadual, que diz ser de exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo, firmar convênios.

III — Pelo exposto, nosso parecer é pela aprovação da Proposição em exame, obedecido os termos do Projeto de Resolução em anexo.

Sala das Comissões, em 22 de março de 1976.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente
IVAN RUPPEL — Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 13, terça-feira, às 14:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 11/75.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 12/76.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 1976.

Presidência do Sr. Deputado Maurício Fruet, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Fabiano Braga Cortes.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielise

Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (44), achando-se ausentes os Srs. Deputados Gabriel Sampaio, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, Ernesto Dal'Oglio, Gilberto Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Osvaldo Macedo e Wilson Fortes (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

1 REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei 149/75, que autoriza o Poder Executivo, declarar de Utilidade Pública todas as áreas do Território Paranaense, cobertas por matas virgens e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1976.

a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, requer manifestação do plenário, para que seja dado voto de pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ DALSASSO, filho de Domingos Dalsasso, de tradicional família do Município de Verê.

Perde a família Sudoestina e particularmente a sociedade de Verê, um dos seus mais dedicados cidadãos.

Requer, outrossim, seja enviado à família o teor deste requerimento.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1976.

a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, requer, respaldado no Regimento Interno desta Casa, seja inserido em Ata, votos de congratulações pelo transcurso do 68º aniversário da fundação da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. Requer, outrossim, seja oficiado ao Presidente da entidade, jornalista Prudente de Moraes Neto, a decisão do Plenário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1976.

a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Brasileira de Imprensa, cumprindo com galhardia e desassombro, as finalidades que motivaram sua criação, é hoje a mais sólida instituição de defesa na liberdade da imprensa, do jornalista e pela liberdade dos que exercem a dignificante missão de informar.

O amordaçamento, o cerceio, a utilização de instrumentos excepcionais dos quais se valem órgãos governamentais para

limitação das atividades de nossa imprensa, estribarem as palavras iniciais do discurso proferido pelo presidente Prudente de Moraes Neto, durante o almoço comemorativo de mais um ano de existência da ABI, os quais transcrevemos: “Sem Liberdade de Imprensa, as outras liberdades não funcionam. Mas sem liberdade plena, não pode haver liberdade de pensamento ou informação”.

Formulamos votos e rogamos a Deus, para que a ABI prossiga sua espinhosa e desquartelada batalha, cujo norte é a limitação da censura prévia, patente demonstração de medo de quem se amedronta ante a verdade.

Registrando nossa confiança, na seriedade já patenteada pelo Presidente Geisel, esperamos convictos de que Sua Excelência atenda também ao pedido que lhe foi dirigido, recentemente, pela Sociedade Interamericana de Imprensa, no sentido de eliminar a censura prévia onde ela existir.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Doutor ARTURO ANDREOLI, DD. Presidente da COPEL – Companhia Paranaense de Energia Elétrica – solicitando sejam iniciadas obras para instalações de luz e força no distrito de SANTA CRUZ, município de Catanduvas, conforme convênio por essa Companhia com a Prefeitura Municipal de Catanduvas.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1976.

a) FIDELCINO TOLENTINO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, requer na forma regimental, a inserção nos Anais da Casa do editorial sob o título “A Advertência do Incêndio em Paranaguá”, do jornal “A Gazeta do Povo”, desta Capital, publicado na edição do dia 11 de abril último.

Ao mesmo tempo, requer à Mesa, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes e ao Comando do Corpo de Bombeiros, solicitando a realização de estudos, em conjunto, para dotar o Porto de Paranaguá, especialmente o cais de inflamáveis, em caráter permanente, de instrumentos, veículos e todo material e pessoal necessário ao combate de incêndio e outras ocorrências lesivas.

Pede, por fim, que da decisão da Casa, se dê ciência à direção do jornal “Gazeta do Povo”, ao Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1976.

a) ACCIOLY NETO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios aos Exmos. Srs. Doutor JAYME CANET JUNIOR, DD. Governador do Estado e Doutor FRANCISCO BORSARI NETO, DD. Secretário de Estado da Educação e Cultura, solicitando sejam tomadas providências, com a devida urgência, a fim de que possa ser concluído o “ESTÁDIO PINHEIRÃO”, de propriedade da Federação Paranaense de Futebol, entidade considerada recentemente de Utilidade Pública, pela Lei 6.719, de 27 de outubro de 1975, cujas obras encontram-se paralizadas, inclusive sob ameaça de deixar de pertencer ao patrimônio daquela entidade, em razão

das dívidas assumidas para sua construção.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1976.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

"Mens sana in corpore sano", esta, a máxima latina que, segundo as autoridades ligadas aos setores de educação e cultura, se constitui num dos objetivos do Governo.

Nosso Estado tem apresentado sofrível atuação no que diz respeito ao prestigiamento do esporte, principalmente nos meios amadoristas, que mais prescindem de auxílio e de incentivos.

Apesar de possuirmos, nesta Capital, um belo Ginásio para a prática de basquetebol e esportes de salão, poucas competições de vulto são realizadas naquele local. As disputas de atletismo, igualmente, parecem estar perecendo, pois o Colégio Estadual do Paraná, há muito tempo já não comporta receber considerável número de atletas nem de público, com suas pistas e quadras completamente superadas para essa finalidade.

Em diversos Estados brasileiros, a administração pública já emprestou sua parcela de colaboração ao esporte, com a construção de grandes estádios, entre os quais podemos citar o "Mário Filho", no Rio de Janeiro, o "Mineirão", nas Alterosas, e o "Pacaembu", em São Paulo. Aqui mesmo no Paraná, a obra do "Maringão", executada na gestão do Prefeito Dalton Paranaguá, constituiu-se no maior estímulo dado ao esporte amador na região norte.

Aliás, a atenção da municipalidade também deve estar voltada ao aproveitamento do estádio, pois, o apoio à prática de esportes não deixa de ser assunto de sua competência.

A conclusão das obras do "Estádio Pinheirão", portanto, deixa de ser uma utopia e aparece como uma premente necessidade.

O lastimável estado de insolvência em que se encontra a Federação Paranaense de Futebol, poderá ser solucionado com a pronta intervenção da administração pública em seu auxílio.

Esse tão necessário auxílio, poderá ser prestado de diversas formas, inclusive pela destinação de verba para essa finalidade; pela concessão de empréstimo; através de convênio entre aquela entidade e o Estado, pelo qual este último concluiria as obras do Estádio e ficaria autorizado a fazer uso do mesmo para atender as programações da Secretaria de Educação e Cultura, em calendário que seria feito de comum acordo com a Federação e, se for o caso, com a Prefeitura Municipal de Curitiba.

A forma pela qual poderá ser prestado auxílio à Federação Paranaense de Futebol, certamente, será encontrada pelas autoridades estaduais, desde que por parte delas haja o devido interesse.

Lembramos, novamente, que há muito pouco tempo a Federação Paranaense de Futebol foi declarada, por Lei, como entidade de Utilidade Pública. E a expressão UTILIDADE PÚBLICA, nesse caso, segundo os mais renomados juristas, designa o conjunto de condições, pelo qual o Estado reconhece a uma entidade de caráter assistencial ou cultura, qualidades que a tornam de interesse coletivo, FAZENDO JÚS A SER AUXILIADA FINANCEIRAMENTE PELO ESTADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer seja apreciado em REGIME DE URGÊNCIA, o Projeto de Lei 30/76, que objetiva fixar novos vencimentos aos membros da Magistratura, do Ministério Público, Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, ao Procurador Geral e Procuradores do Estado, junto ao mesmo Tribunal, a partir de 1º de março de 1976.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1976.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Antes mesmo de assumir nosso mandato nesta Assembléia Legislativa, já batalhávamos por uma justa remuneração para a Magistratura, Ministério Público e para toda a coletividade encarregada de assegurar a aplicação da Justiça em nosso Estado.

O projeto em tela, vem premiar, em parte, o árduo trabalho desenvolvido pelos membros dos setores de atividade que terão seus vencimentos reajustados, posto que merecem, antes de tudo, o nosso respeito.

O atendimento dessa merecedora reivindicação, já iniciado com a remessa da Mensagem 43/76, enviada a esta Casa, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, deve ser prestigiado pelo Poder Legislativo.

Aliás, essa matéria já foi abordada em pronunciamento que fizemos no início do mês passado.

Mediante pequeno esforço, poderemos prestar nossa homenagem aos beneficiários do Projeto de Lei 43/76, composto apenas de dois artigos, aprovando-o em tempo hábil para que a nova fixação de vencimentos, prevista a partir de 1º de março de 1976, possa ser implantada nas competentes folhas de pagamento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com o respaldo do que preceitua o Regimento da Casa, requer ouvido o plenário, o envio de ofício à Presidência da EMPRESA PARANAENSE DE TURISMO - PARANATUR, pela inclusão das solenidades e festejos realizados no município de Porto Rico, por ocasião do transcurso das homenagens prestadas, tradicionalmente, à padroeira daquela comunidade, Nossa Senhora dos Navegantes.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1976.

a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Por atentar ao requerimento que lhe foi dirigido ainda no ano passado, por este Deputado opositorista, a PARANATUR, alheando-se às conotações político-partidárias, houve por bem, com justiça, e por isso merecedora de nossos aplausos, inserir no Calendário turístico do Estado, as fetsas, as solenidades folclorísticas, realizadas no distante município de Porto Rico, às margens do grandioso Rio Paraná, em honra à padroeira, Nossa Senhora dos Navegantes, receptáculo da devoção de pescadores e habitantes de ilhas, que compõem significativo percentual da população daquele rincão.

Sensata e digna a atitude da Empresa Paranaense de Turismo, iniciativa louvável em toda sua extensão.

De parabéns, o Prefeito Manoel Romão Netto, por mais esta vitória, fruto também de seu denodado amor pela comunidade cujos destinos administrativos lhe foram entregues.

De parabéns o laborioso povo de Porto Rico.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, no uso de atribuições regimentais, requer ouvido o plenário, o envio de expediente aos Secretários titulares das pastas dos Transportes e do Planejamento, solicitando junto aos mesmos as seguintes providências:

a) As Rodovias Maringá - Santo Inácio e Maringá - Rolândia, já possuem seus traçados definidos?

b) Se afirmativo, quando terão início as obras dessas rodovias e qual o prazo previsto para entrega ao tráfego?

Requer ainda, o Deputado que o presente subscreve, que as autoridades acima citadas informem, se positivo o delineamento das rodovias já referidas, onde será localizado o anel de convergência das mesmas.

Solicito que nos sejam remetidos, para efeito de consulta, cópias dos estudos já realizados, cópias dos projetos ou anteprojetos já elaborados.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, respaldado pelo Regimento da Casa, requer ouvido o plenário, seja oficiado ao Titular da Pasta dos Negócios referentes à Saúde e ao Bem Estar Social do Estado, Dr. ARNALDO BUSATO, apelando junto ao mesmo no sentido de providências para instalação de Mini-Posto no distrito de Ademar de Barros, no município de Terra Rica.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

O contingente populacional do Distrito Judiciário de Ademar de Barros, supera o de muitos municípios espalhados em nosso Estado e pelo Brasil afora.

Consequentemente seu colégio eleitoral também suplantou o de muitas comunidades brasileiras.

Pela sua importância no contexto sócio-econômico paranaense, pode-se afirmar que ADEMAR DE BARROS é um município não emancipado, pois apresenta todas as características que justificaram a elevação à essa categoria de comunidades outras.

Um problema aflige a população, sobretudo a faixa dependente de baixa renda e que é, reconhecida e naturalmente, o ocasionado pela distância dos centros de atendimento médico.

Conhecemos e aplaudimos a agilização que o atual Secretário de Saúde vem imprimindo à sua Pasta e, por isso apelamos junto ao mesmo para que volte os olhos e sua atenção para aquela comunidade no Noroeste do Paraná que é, realmente "UM MUNICÍPIO EMERGENTE".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, respaldado pelo Regimento da Casa, requer, ouvido o Plenário, seja encaminhado à Presidência da Câmara Federal e dado ciência ao Deputado Walber Guimarães, do apoio ao projeto de lei de autoria do ilustre parlamentar paranaense, que dispõe sobre o abatimento do Imposto Predial Urbano, para efeito de Imposto de Renda.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Iniciativa das mais oportunas, a levada a efeito pelo ilustre representante paranaense, Deputado Walber Guimarães, na Câmara Federal.

Eis que Guimarães, sensível aos reclamos oriundos das camadas desfavorecidas no desnivelamento do processo de distribuição de renda em curso no País, vem de, apresentar substancial projeto de lei que, aprovado e exercitado, minimizará efeitos de atos legais atentatórios à economia das famílias cujas sobrevivências estribam-se nos ínfimos salários vigentes.

O artigo "caput" do Projeto elaborado por Walber Guimarães, preconiza que "a pessoa física que possuir um único imóvel urbano e que o utilizar como sua residência e de sua família, poderá abater da renda bruta o total do imposto predial urbano correspondente".

Realista e objetiva foi também a justificativa argüida pelo nosso correligionário maringense que sentenciou: "Na verdade, o grande contingente de contribuintes do Imposto de Renda são os assalariados que em contrapartida, não podem, pela Lei, descontar do rendimento bruto, muitas despesas realizadas durante o exercício fiscal.

Essa questão do abatimento do Imposto de Predial Urbano, quando o contribuinte possua apenas um imóvel é uma das despesas obrigatórias que o chefe de família realiza e que, presentemente, não pode deduzir. No entanto, esclareceu ainda Guimarães, as pessoas jurídicas podem deduzir não só esse tipo de imposto, mas muitos outros tributos, conforme se pode notar no artigo 165 do decreto 76185, de 02 de dezembro de 1975 que aprovou o regulamento para a cobrança e fiscalização do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza. E denuncia; só o fato de haver o precedente para os contribuintes pessoas jurídicas já deveria justificar permissão para as pessoas físicas, nas condições mencionadas no projeto também realizarem o abatimento".

Em razão do exposto, requeremos à Mesa, na forma regimental, envio de ofício ao Presidente da Câmara Federal, comunicando ao mesmo à decisão da Assembléia Legislativa do Paraná, e ao Deputado Walber Guimarães, comunicando-lhe nossa atitude de respaldo e de apoio ao seu projeto, verdadeiramente humano e que vem de encontro aos anseios de todos os brasileiros que lutam por melhores condições de vida, em busca de bem-estar e segurança para a família, e para a Pátria.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Paranaguá, pesarosa ainda com o pavoroso sinistro que assolou aquela cidade nos últimos dias da semana passada, chorando a morte de alguns trabalhadores que operavam na faixa de inflamáveis, vem hoje, através deste Deputado, protestar contra a total insegurança e a falta de equipamento e aparelhagem do Corpo de Bombeiros daquela cidade.

Paranaguá, sabem bem os Srs. Deputados, que é a cidade de que, pelo seu Porto, pelo seu "status" de Porto de exportação, mais contribui em termos de ICM para o Paraná. Não é justo que uma cidade, um Porto como Paranaguá, onde descarregam todos os navios tanques que trazem combustível para o nosso Estado, não tenha, para impedir que sinistros de grandes proporções se propaguem rapidamente, como o de sexta-feira, pondo em risco — não foi exagero dos jornalistas — a vida de quase toda população, não tenha, repito, um Corpo de Bombeiros bem equipado.

A tragédia poderia ter sido muito mais terrível se a sorte ou a dádiva divina não tivessem impedido que o tanque vizinho pegasse fogo, o que causaria um drama de proporções incalculáveis. Tenho um requerimento redigido no seguinte teor: (lê):

"Senhor Presidente.

Na confirmação da assertiva popular, de que Paranaguá foi salva da destruição, por verdadeiro milagre.

Agora, passado o momento dramático, muito embora chorando a morte e lamentando o sofrimento dos feridos, o povo de Paranaguá, e de quase todos os municípios do Estado, se conscientiza da precariedade das condições que lhe são oferecidas, para combate aos incêndios de grandes proporções.

A improvisação na imprevidência, a acomodação nos momentos de tranquilidade, a revolta justificada, após o susto, tudo é próprio de brasileiro, já acostumado com as tardias

medidas administrativas, sempre visando remediar, mas nunca prevenir ou se preparar, convenientemente, para enfrentar os grandes riscos que ameaçam o povo.

A justificativa do progresso desenfreado, a desviar atenções e dinheiro para setores administrativos diversos, tem favorecido o esquecimento da adoção de eficazes medidas de segurança pública, na área dos incêndios.

As guarnições do Corpo de Bombeiros, nos municípios do interior paranaense, são desaparelhados, não tendo possibilidades de enfrentar, com êxito, fogo de grandes proporções, apesar do excelente material humano que congrega. Mas de que vale o heroísmo e o sacrifício dos bombeiros, se a aparelhagem de combate às chamas é precária e deficiente?

Sempre é preciso que os grandes riscos despertem o clamor público, para que providências, ou promessas de providências, surjam.

Quando a meta principal de todo Governo é o homem e o seu bem estar, não se concebe e nem se poderá admitir que a maioria dos municípios do Paraná não conte com um serviço eficiente e bem aparelhado de Corpo de Bombeiros.

Ainda é recente o noticiário do fogo a devastar florestas do Paraná, por não possuírem, os municípios atingidos, um serviço organizado e aparelhado para combater as labaredas.

A dolorosa realidade paranaense precisa ser dita e proclamada, não como um pronunciamento negativista, não como demagogia de oposição, mas como alertamento, necessário e sincero, para um problema real, a exigir providências e soluções a curto prazo.

Quantos municípios do Paraná não contam com um serviço de Corpo de Bombeiros? A pergunta fica no ar, muito embora, aqui dentro desta Casa, muitos colegas poderão emprestar subsídios que nos conduzirão a uma realidade alarmante, a dizer, bem alto, que o nosso Estado está carente de iniciativas imediatas, que redundem na proteção do patrimônio e da vida de muitos paranaenses.

Em quantos municípios do meu Estado existem serviços precários de combate a incêndios?

Já é tempo de se pensar na segurança pública, pois de nada vale o esforço ingente em construir, se a imprevidência possibilita a ocorrência de uma destruição total.

O exemplo e a lição da explosão do tanque de combustível, do Porto de Paranaguá, não podem e não devem ser esquecidos. A catástrofe do Joelma é amargurada, sem que, no Paraná, alguma medida concreta de proteção aos moradores dos grandes edifícios tenha sido adotada.

Que fim levou, ou a qual resultado chegou a Comissão, criada para opinar sobre o problema?

Não é meu desejo enveredar pela crítica destrutiva. O que eu quero, em nome do povo que represento, e no meu próprio, é providências imediatas e efetivas, que melhor protejam a vida e o patrimônio do povo de Paranaguá e de muitos outros municípios do Estado.

É com esta preocupação que eu dirijo veemente apelo às autoridades responsáveis pela Segurança Pública no Paraná, para que, dentro da mentalidade tecnológica que domina a administração, dote Paranaguá, e os demais municípios do Estado, com um serviço de Corpo de Bombeiros aparelhado para enfrentar todas as contingências e riscos previsíveis.

VAMOS PREVENIR, PARA NÃO LAMENTAR!"

Para prevenir e evitar que um acidente como esse novamente ocorra, é que pedimos providências às autoridades. Pensamos que "antes tarde do que nunca" e tomara que aqueles a quem dirigimos o nosso apelo olhem com o máximo de carinho e desvelo para problemas eminentemente graves como esses.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).
O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

tino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminhei à Mesa, para apreciação deste egrégio plenário, um pedido que pretende encarecer às autoridades do Estado, sobretudo da Educação e Cultura e o Governo do Estado, no sentido de dar uma atenção especial, um tratamento adequado a este momentoso caso do esporte do Paraná, não pelo fato de ser, pura e simplesmente, um esporte mas porque sabemos que o esporte é uma forma de cultura, já adotada pelos países da antiguidade, como os gregos, romanos, atenienses e assim por diante.

De forma que acreditamos nós que apesar da televisão, do rádio, dos jornais e de diversos órgãos de divulgação do Estado estarem enfatizando o caso de insolvência da Federação Paranaense de Futebol, o Governo do Estado, a Prefeitura Municipal deveriam avocar para si o problema e levá-lo não como esporte em si, mas como uma forma de dinamizar este aspecto da dimensão, do caráter da pessoa humana, que, naturalmente, os caracteres físicos da pessoa vão se formando de tal forma, de tal natureza que podem dimensionar também um paralelo da própria cultura.

É necessário que, sendo o futebol, ou sendo o desporto uma das formas de adequação do homem na sociedade, é preciso que o Governo tome, para si, também, Governo constituído — digo numa forma geral — e dote um atendimento com a Federação, com os meios desportistas para que solucione este impasse, e que não se sacrame nem se sacrifique os recursos particulares e da própria Federação, só, e levar a efeito o caso do Pinheirão, como fez o Governo de Minas Gerais, como fizeram-se no Pacaembu, como se fez no Rio de Janeiro com o Maracanãzinho e tantos outros que estão aí a exemplo de um Governo integral.

Era apenas uma lembrança, e o requerimento que eu encaminhei à Mesa.

Um segundo tópico, já que ainda me faltam 3 minutos — eu quero abordar e até prestar um agradecimento, ao apelo que desta tribuna nós fizemos, no dia 5 de março através de requerimento, onde enfatizamos a necessidade, já a exemplo do que fizemos aqui no ano passado, que, a magistratura ou o Poder Judiciário, de uma forma mais ampla, haveria de merecer um tratamento mais justo na questão da remuneração. E é com alegria que temos em mãos e já formulamos um pedido de urgência, para que se tramite a Mensagem a qual tenho em mãos, número 43/76, do Governo do Estado, buscando legislar ou encaminhar, para se legislar na questão dos vencimentos da magistratura, do Ministério Público, dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas, Procurador Geral e Procuradores do Estado.

O Poder Judiciário, para se desincumbir das injunções porque passa a sociedade moderna pelas pressões de ordem econômica e social, ditadas por uma sistemática de administração divergente, contraditória e muito polêmica, cria determinado desequilíbrio e até uma incompatibilidade na questão da envergadura e da investidura dos homens do Poder Judiciário e outros que exercem cargos de alta relevância no composto jurídico-político, que é o Estado.

Entendia e entendo que era preciso, para que no Judiciário se tivesse um começo de independência, de que haveria também a necessidade de ser independente a forma de remuneração, e que o seu valor fosse compatível com os cargos exercidos pelos membros da magistratura e de outros órgãos equiparados.

É com esta alegria que vejo que o Governo do Estado atendeu este apelo que nós fizemos, e que também o Judiciário vinha exigindo e pedindo com certa insistência — e não é de se deixar passar a observação de que, em Estados política e economicamente inferiores ao nosso, sem nenhum sentido pejorativo, mas na composição de arrecadação pelo menos, o Estado de

Santa Catarina e o Estado de Mato Grosso que estão economicamente em posição inferior ao nosso, a magistratura era melhormente tratada e a sua remuneração mais compatível com o exercício desta alta envergadura no Estado — e, atendendo a este apelo, o Governo do Estado, também se sensibilizou pelas insistentes reclamações do Poder e, remete à Casa o Projeto de Lei disciplinando e adequando seus vencimentos de uma forma compatível, de equilíbrio, para que se possa ter um equilíbrio social e se comece no Judiciário, a ter independência.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).
O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Deni Schwartz. — (Pausa). — Declinando o Sr. Deputado Deni Schwartz, concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Apenas para comunicar a S. Exa. os Srs. Deputados de que este Deputado, na condição de relator da CPI sobre Educação, constituída por esta Casa, recebeu segunda-feira da semana passada todo material da Secretaria que me foi entregue pelo Deputado Jorge Sato, Presidente da CPI.

É sabido que nós temos apenas vinte dias para conclusão e apresentação do relatório final e muito embora o prazo seja escasso eu entendo, dado o volume da matéria, por considerarmos também a quantidade de depoentes que a Comissão ouviu, nós temos a disposição de fazer com que o relatório seja inserido de todos os assuntos principais que foram abordados durante os depoimentos.

Também devo dizer, nesta oportunidade, do comportamento elogiável de S. Exa. o Deputado Jorge Sato, Presidente da Comissão que esteve constantemente e frequente a todas as reuniões da Comissão. E as conduzindo de maneira democrática, e permitindo a participação de todos aqueles senhores que se interessaram pelos assuntos vários, lá debatidos, o diálogo franco e a oportunidade aberta de participação, a mais franca possível.

Gostaria também de registrar a permanente e eficiente colaboração que tivemos das Senhoras Taquígrafas, sempre presentes nas nossas reuniões. E do assessor, Sr. Gebran, que assistiu o Sr. Presidente, durante o nosso trabalho; do Dr. Laertes, do Serviço de Secretaria, afinal, foi um conjunto de esforços que redundou num trabalho, eficiente, honroso e nós pretendemos apresentar no final do mês, um relatório dando por cumpridos os trabalhos desta Casa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).
O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Egon Pudell.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O que nos traz à tribuna no dia de hoje, é para registrar a visita de S. Exa. o Sr. Governador do Estado ao município de Toledo, nos dias 8 e 9 do corrente mês.

S. Exa. o Sr. Governador Jayme Canet, esteve em Toledo, na Prefeitura Municipal, reunindo-se com os líderes comunitários do município de Toledo, com S. Exa. o Sr. Prefeito e com o Sr. Vice-Prefeito Municipal de Toledo, Câmara de Vereadores e lideranças deste município.

S. Exa. na oportunidade nos trouxe a notícia alvissareira, de que dentro em breve o INPS irá instalar em Toledo a Agência do INPS em nossa cidade.

Outra notícia que requeremos registrar com satisfação é a de que a Caixa Econômica Federal também deverá se instalar no município de Toledo, ainda no decorrer deste ano.

Também queremos agradecer ao Sr. Governador do Estado as suas providências no sentido de ser instalada em Toledo, nos próximos meses, a CERETRAN. Ao mesmo tempo agradecemos o seu atendimento no setor educacional, pois o município de Toledo foi aquinhado com 46 salas de aula que serão construídas neste ano em diversos pontos do município.

S. Exa. teve também uma reunião com todas as Cooperativas do Oeste do Paraná e, na oportunidade, todos os Presidentes

de Cooperativas agradeceram a S. Exa. o atendimento e a atenção que sempre tiveram da parte do Governador do Estado, inclusive elogiando a atitude do Sr. Governador no sentido de interferir e apoiar todos os planos que as Cooperativas do Oeste têm apresentado a S. Exa.

Ainda no dia 9 o Governador Jayme Canet Júnior inaugurou, oficialmente, três armazéns graneleiros da Cooperativa Oeste do Paraná, em Toledo, com capacidade de 500 sacas cada um.

A Cooperativa de Toledo conta hoje com um conjunto de controle eletrônico de toda sua instalação. Devemos registrar que é o conjunto mais moderno, não só do Paraná, mas do Brasil inteiro.

Tivemos, na inauguração dos graneleiros, a oportunidade de ver uma vez mais os conhecimentos que o Sr. Governador Jayme Canet Júnior tem no setor agrícola e devemos dizer, de alta e viva voz, que S. Exa. na ocasião falou a centenas de agricultores e cooperados das Cooperativas de Toledo, entusiasmando-os para que cada vez produzam mais.

Finalizando este pequeno registro, queremos dizer que como representante do Oeste do Paraná, em particular de Toledo, agradecemos ao Governador do Estado a maneira como vem conduzindo os negócios do Estado, e o atendimento que tem dado às comunas do Oeste do Paraná, em todos os setores de atividades.

Inclusive, é digno de registro também de que a estrada Toledo-Palotina caminha em ritmo acelerado e acreditamos que a ligação asfáltica até o fim do exercício deverá ser completada.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).
O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, no Grande Expediente.

O SR. ENÉAS FARIA — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelelino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Declino também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última sexta-feira, ouviu esta Casa, até certo estarrecida, pronunciamento com o qual nos solidarizamos, do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, ao estranhar a atitude do Deputado de meu Partido, Pedro Lauro, que, numa proposição pretende, ou pretendia, anexar a Guiana Francesa ao Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, morador que sou da região fronteira à Argentina e Paraguai, preocupei-me de, naquela mesma oportunidade, citar alguns antecedentes de tão malfadada proposta.

Preocupei-me também porque tenho sentido, naquela região, o crescimento de um espírito anti-brasileiro por parte de nossos vizinhos daqueles países.

Tendo lido a História da Argentina, na versão dos argentinos, já somos acusados, no tempo do Império, de imperialistas.

Dizia-se que D. Pedro II, último Imperador deste pedaço de terra, pretendia expandir o domínio brasileiro aos países de fala castelhana.

Há pouco tempo, em 1961, tivemos um Presidente da República, Jânio da Silva Quadros, postulando a anexação da Guiana Francesa ao Brasil.

Há cerca de dois anos, a “Folha da Manhã”, de Porto Alegre, com a manchete “Argentilizar os brasileiros”, alertava para o fato de que na região limítrofe com o nosso Estado, a maioria absoluta da população que vive no território de Missões é constituída por brasileiros. E os argentinos preocupados com essa situação, já estavam tentando argentilizar brasileiros.

A crônica nacional muito tem falado sobre Itaipu. Aqui mesmo já discutimos seus méritos e seus benefícios. Mas, a crônica internacional, também tem dito que Itaipu é uma maneira

imperialista de brasileiros. Pois, para termos 6 milhões de KWA que nos caberão de Itaipu, poderíamos, com usinas no próprio Rio Iguaçu termos essa capacidade, sem precisarmos ferir suscetibilidades do lado argentino.

Trezentos mil brasileiros, hoje, residem no Paraguai, constituindo-se em 8 por cento da população daquele país.

E eu fico a perguntar se a revolução que, há poucos dias, se tentou naquele país, para derrubar o atual Presidente, que, por sinal, se diz nascido no Brasil, que seria desses brasileiros que lá estão, se, por acaso, vitoriosa a revolução, mudasse o tratamento para com aqueles nossos patrícios, qual seria a posição do Governo brasileiro em defesa deles? Porque, o Brasil é um país de dimensões continentais que não consegue ocupar espaço distante cem quilômetros da capital. Está aí a "linha da forme", que vai de União da Vitória ao Norte Pioneiro; então aí Prudentópolis, Imbituva, e tantas outras áreas a serem ocupadas. Estamos a deslocar brasileiros para o Paraguai, estamos a deslocar capital brasileiro para o Paraguai, sem os cuidados necessários para que não venham em prejuízo à imagem de nossa Nação.

Não estará atrás de tudo isso, Srs. Deputados, provocação de países do chamado "clube dos grandes", interessados em nos atritar com nossos vizinhos, para que caiamos aqui no novo Vietnã para que eles continuem a poder vender suas armas, seus aviões aos dois lados, destruindo aquilo que o povo brasileiro, o povo argentino e de outras nacionalidades desta América Latina, com tanto suor construiu. Estaremos sendo cobaias daqueles que provocam as grandes guerras neste momento. Por isso, resolvi abordar um problema levantado, para mim como cobra mandada, por Pedro Lauro. Preocupa-me muito mais quem teria soprado aos ouvidos de Pedro Lauro tal sugestão. Talvez procurando atritar nosso partido com a opinião pública internacional.

Irei ler agora, Srs. Deputados, um documento que foi publicado no Estado de São Paulo, do dia 12 de agosto de 1973, escrito pelo grande jornalista Carlos Chagas, que demonstra que não é no MDB que estão as origens dessa política intervencionista que se pretende dar e que se pretendeu fazer de um Deputado do meu Partido. (Lê):

"O Dia em que a ARENA invadiu o Uruguai".

Em Montividéu começa a circular inquietante notícia enviada pelas agências: "A ARENA, o Partido político da Revolução brasileira, ao patrocinar um curso de formação de líderes, pregou a anexação do Uruguai pelo Brasil".

Imagine-se como devem estar os orientais, que à longa distância desconhecem as peculiaridades do sistema brasileiro e supõem, assim, grande importância decisória no Partido situacionista. Afinal qualquer partido político de uma Revolução deve constituir a própria revolução — tese fundamentalmente válida até para o Brasil, só que aqui, ao contrário do imaginado lá fora, o Partido revolucionário não é a ARENA. Mas os uruguaios, a exceção dos membros dos serviços de informação, pensam que é. Não estão obrigados a compreender as incompreensíveis linhas pelas quais se escreve a nossa realidade. E o resultado, imagina-se logo: cada família ao Sul do Arroio Chuí, estará azeitando garruchas e bacamartes, à espera da invasão iminente. Afinal, nada há que estranhar. Como reagiriam os mexicanos se o Partido Republicano dos Estados Unidos, começasse a pregar novas anexações? Como se comportariam os coreanos se o Partido Comunista chinês falasse do determinismo histórico que faz da península um prolongamento natural do continente vermelho?

Ao que sabe, em Montividéu as coisas ganham rápidas proporções, tanto que já chegaram à área diplomática. O Secretário-geral do Itamarati, Jorge Carvalho e Silva, entrou em contato com o Coordenador do Curso de Formação de líderes da ARENA, Deputado Murilo Badaró. É possível que o Partido expeça nota oficial, desmentindo as intenções anexatórias.

Terá realmente a Arena examinado a tese da anexação do Uruguai, em seu curso? Vale referir todo o episódio, visto pelo ângulo de Murilo Badaró, para que as coisas sejam respostas em seus devidos lugares.

O Curso de Formação de Líderes, coordenado pela ARENA, contrariou as expectativas e representou um grande sucesso. Antes de abertas as inscrições, poucos acreditavam no interesse público pela iniciativa, mas em uma única semana apresentaram-se trezentos estudantes, funcionários e profissionais liberais. O curso constaria de uma série de conferências e seminários, realizados em sala da Câmara dos Deputados, tendo a palavra professores ilustres. As matérias variavam da Política à História, à Geopolítica, à Sociologia e ao Direito Constitucional.

Ao convidar os professores Murilo Badaró esmerou-se procurando nomes atualizados com a Ciência, capazes de despertar o interesse dos alunos para as diversas matérias. Assim, ao se deter na parte referente à Geo-Política, não teve dúvidas. Mandou buscar em São Paulo, o professor P.H. da Rocha Correia, que a bancada paulista da ARENA lhe indicara como das maiores sumidades no ramo. Murilo, agora, manterá a dúvida se algum companheiro estava ou não gracejando com ele, mas o fato pouco vem ao caso.

As vésperas do início do curso, em maio último, o notório ex-chefe nacional Plínio Salgado deu nova mostra de estar plenamente integrado na ARENA: aproximou-se de Murilo Badaró e, a título de colaboração com o Partido, alertou-o a respeito de algumas idéias esdrúxulas do referido professor P. H. da Rocha Correa.

P. H. da Rocha Correa, não se sabe se bem ou mal, concordou. E nas conferências, evitou falar da sua irrefreável fixação de conseguir mais espaço vital para um País tão pequeno quanto o nosso. Não se conteve, porém, quando o curso chegava ao seu fim. E distribuiu aos alunos alguns exemplares de um seu oúsculo, "Rumos do Brasil", no qual, entre outras proposições, pregava a anexação da Guiana Francesa "mediante apelo à França". Seu raciocínio baseava-se em que a população local é de 30 mil almas, apenas, e que "Caiena", não é maior do que Araçatuba ou Catanduvas". No mesmo capítulo, vinha a sugestão platina: "Nosso pensamento é que o do Brasil parta, no sesquicentenário, convite oficioso para que o Uruguai se reúna ao Brasil, de novo". E, mais adiante: "Dentro de dez anos (da anexação) o português será entendido e falado até às proximidades de Montevideu. Mesmo na capital cisplatina grande parte da população compreenderá o nosso idioma. O destino do Uruguai é tornar-se bilingue a curto prazo, com futura vantagem para o português a prazo mais remoto". Ainda, em outro período, escreveu o geo-político: "Acreditamos que uma dezena de agências do Banco do Brasil e outras do Banco do Estado de São Paulo, seriam suficientes para financiar a economia de uma região como o Uruguai, socorrendo-a numa emergência, pois a população do País Cisplatino não excede à da araraquarense ou à da sorocabana". E mais adiante: "... Uruguai esse que é como um prolongamento do nosso glorioso e querido Rio Grande do Sul e que retornaria, pois, à fraternidade brasileira para júbilo e vantagens recíprocas".

Diz mais Carlos Chagas — "O professor P. H. da Rocha Correa não analisou, em seu trabalho, assuntos da gravidade do futebolístico, por exemplo, o que certamente acarretaria séria crise, no caso de anexação: qual o critério para a escolha dos craques de cá e de lá? Utilizaríamos a "retranca" da "celeste" ou o "toque de bola" dos "canarinhos"? Mesmo com tão profundo e imperdoável lapso, os estudantes do curso de liderança da ARENA parece que gostaram de sua tese — vale repetir, da qual tomaram conhecimento não durante as conferências, mas pela leitura de um trabalho do conferencista. E gostaram tanto que, ao final do curso, incluíram a monografia "Rumos do Brasil" no vasto material que a Arena, por promessa anterior, se comprometera a editar.

Muito atarefado, Murilo Badaró delegou a alguns auxiliares a tarefa de acompanhar a composição dos textos, na gráfica do Senado e, por um descuido, o trabalho do professor paulista viu-se publicado com a seguinte referência nas primeiras páginas: "O Curso de Preparação de Liderança Política tem o grato prazer de ofertar essa obra, adotada por seu autor, professor Paulo Henrique da Rocha Correa, durante as aulas que ministrou no referido curso, promovido pelo Diretório Nacional da Areana". Nove fora, a péssima construção gramatical da apresentação, há nela um erro imperdoável: a obra não foi adotada pelo autor durante o curso, mas simplesmente distribuída a alguns alunos no seu decorrer.

De qualquer forma, continua valendo mais a versão do que o fato, e todos os que não souberam dos precedentes do problema são unânimes em concluir: "A ARENA está formando líderes com o objetivo de forçar a anexação do Uruguai pelo Brasil." Ou: "O Partido da Revolução Brasileira integra-se na tese de que o País necessita espaço vital". E até mesmo: "A ARENA em marcha: o Uruguai é nosso".

Espera-se para os próximos dias a nota oficial da direção arenista ou do sofrido Deputado Badaró, esclarecendo o assunto. Com isso, ter-se-á encerrado mais um estranho caso político de nossos dias. Ou será que os futuros líderes do Partido da Revolução pensam diferente?

O Estado de São Paulo, 12-08-73".

Não tivemos conhecimento, Srs. Deputados, que o Itamarati houvesse desmentido tal nota; não tivemos conhecimento, Srs. Deputados, que a ARENA houvesse lançado algum manifesto com relação a isto que ocorreu num curso de formação de líderes, daquele Partido: Porisso ficamos na dúvida: ou o Sr. Pedro Lauro assistiu este curso, ou o Sr. Pedro Lauro é um rato da biblioteca do Senado, pois lá mesmo dentro do Senado está esposada esta tese, e, se isto é verdade, cabe a todos nós, da ARENA e do MDB, saber quem está atrás destes fatos que procuram, que estão procurando nos hostilizar com os vizinhos latino-americanos.

Não estaremos iniciando uma era de provocações mútuas vindas do Exterior?

Isto preocupa e deve preocupar as Casas Legislativas de todo o País, pois o País é tão grande, tem tanta terra para ocupar, não há necessidade que 300.000 brasileiros tenham que ir buscar seu pão aí no vizinho Paraguai, não há necessidade que a Argentina tenha que promover verdadeiros planos para argentinizar brasileiros, não há necessidade de irmos pedir à França, um pedaço de uma sua colônia.

Por isto, Srs. Deputados, é que nesta data viemos a esta tribuna, não para acusar mas, para alertar e para pedir que procuremos as razões pelas quais o Brasil tem sido se não vítima de acusações de países imperialistas, onde estão as raízes destas provocações. Tenho a certeza, não estão na pessoa do nosso Presidente, não estão no nosso Partido, não estão no coração do povo brasileiro, que nada tem de imperialista. Se não estão no Brasil, não acredito que estejam nos países vizinhos, onde devem estar?

E aí a grande pergunta.

Quem venderia armas, numa possível guerra Brasil-Argentina? Quem sairia ganhando, da destruição do nosso parque industrial, das nossas usinas?

Esta é a pergunta que eu faço, a quem interessa convulsionar a América Latina.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Rosário Pitelli. — (Ausente).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do expediente; no seguinte teor:

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, requer ouvido o Plenário, se proceda a votação das matérias constantes da Ordem do Dia, sessão de hoje, de forma inversa.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1976.

(a) LEOPOLDO JACOMEL

Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. MUGGIATI FILHO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiti Afilho, para encaminhar a votação.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Ordem do Dia desta sessão, tem como assunto inicial, a discussão única da Proposição 81/76 - veto parcial ao Projeto de Lei 150/76, matéria que começou a ser discutida numa sessão extraordinária e por se tratar de matéria até certo ponto complexa e de interesse da Casa, foi deslocada da sessão extraordinária para a sessão ordinária.

Em que pese o respeito que sempre nos mereceu a figura do Deputado signatário do requerimento em votação, entendemos que S. Exa. pretende inverter a Ordem do Dia e não vemos outro motivo que não seja este, a fim de que a matéria seja relegada a um plano secundário.

Como não vemos entre as demais matérias em discussão, salvo o Projeto de Lei número 23/76, matéria que se lhe possa equiparar em importância, entendemos que é imotivado, o requerimento.

Porisso, nós votaremos contra o requerimento.

Mesmo porque, nesta votação, pode se ter uma preliminar da disposição com que os Srs. Deputados aguardam a votação única, da Proposição 81/76.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

Para encaminhar, tem a palavra o Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, confesso-me culpado pela apresentação do requerimento que é objeto de votação.

Estando ausente no início desta sessão, e sem ter a certeza que o mau tempo me possibilitaria estar hoje presente à sessão, em contato com o eminente Deputado Leopoldo Jacomel, eu fiz um apelo para que S. Exa. apresentasse o presente requerimento. O que significaria tão somente, Sr. Presidente, que concederia a inversão da Ordem do Dia, alguns minutos mais, para poder estar presente na sessão de hoje.

Nem um outro motivo que não fosse esse, Sr. Presidente, muito longe de relegar esta matéria a um plano secundário, foi que motivou a apresentação do requerimento.

E regimentalmente, Sr. Presidente, desde que o Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, signatário do requerimento concorde que retire o requerimento, nada há a opor da parte da nossa bancada, que assim se proceda. Todavia, regimentalmente, cabe ao eminente Deputado Leopoldo Jacomel, a decisão. Quer me parecer que, infelizmente, regimentalmente, agora em fase de votação, não poderia ser adiada a sua votação. Tão somente caberia a retirada se fosse o caso.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como es-

tão. Tem a palavra, pela ordem o Deputado Gabriel Manoel. O SR. GABRIEL MANOEL — Solicitaria a V. Exa., se possível, dentro do Regimento Interno, que proceda a chamada nominal para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) — A Mesa solicitaria a S. Exa., o Sr. 1.º Secretário, que efetue a chamada nominal dos Srs. Deputados, em atenção à questão de ordem do Deputado Gabriel Manoel.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

Responderam a chamada nominal 40 Srs. Deputados. Havendo número legal, passamos à votação do requerimento do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel. — **Rejeitado.**

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 81/76, veto PARCIAL ao Projeto de Lei n.º 150/75, de autoria do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto que objetiva reformular parcialmente, a Lei Orgânica do Imposto sobre circulação de mercadorias I.C.M. (Lei n.º 6364, de 29/12/72). Parecer da C.C.J., pela REJEIÇÃO de dois vetos e MANUTENÇÃO dos demais. Mantido o veto ao Artigo 6.º, do Projeto. — Encerrada a discussão. — Em votação. —

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, para encaminhar à votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O artigo 54, dalei 6364, em seu número 10, estabelece a multa de 300 cruzeiros ao sujeito passível de preencher documentos fiscais com omissões, incorreções, rasuras ou de forma ilegível. “É assim que está o artigo 54, letra D, inciso n.º 10.

Apresentamos, e foi aprovada pela Casa, depois de inclusive um acordo entre as lideranças, para recebimento de emendas, uma emenda em que o item “d”, do número 10, do citado artigo, passaria a ter esta redação “o sujeito passível de preencher documentos fiscais com omissões, incorreções, rasuras, ou de forma ilegível, salvo erros contidos na declaração e apurados no exame, que serão retificados em ofício pela autoridade administrativa a quem compete a remissão daqueles, na forma do § 2.º, do artigo 147, do Código Tributário Nacional”.

Verificamos, como exemplo do que vem ocorrendo em nosso Estado, que uma contribuinte que era credora de 124 cruzeiros e 38 centavos de ICM, ao Governo do Estado, enganou-se. Ao invés de cobrar ao Estado, pagou os 124 cruzeiros e 38 centavos. E o Estado, ao invés de devolver a importância recebida a mais da contribuinte, aplicou-lhe a multa de 300 cruzeiros, aumentando seu prejuízo para um total de 548 cruzeiros e 76 centavos.

Isso ocorre com frequência, principalmente entre os pequenos comerciantes; pequenos e médios comerciantes que recolhem importâncias de menor vulto ao Governo do Estado.

Deve ocorrer também erros dessa natureza com recolhimentos de maior vulto. Mas, muita vez, é possível que, dado o volume do recolhimento, nem o contribuinte se interessa em razão de uma multa de 300 cruzeiros.

Em nossa sociedade, já existe uma diferença de classe tão grande e tão imensa, que aquilo que pesa para uns como a importância de 300 cruzeiros, nada representa para uma minoria que retém grande parte do nosso capital.

A emenda, foi consequentemente aceita. Mas, foi vetada, pelo Chefe do Poder Executivo. E na apreciação do veto, a Comissão de Constituição e Justiça disse o seguinte: “Vetou o Sr. Governador a expressão de 10, letra d, constante no caput do artigo 11 e a correspondente redação textual contida na letra “d”, número 10, do mesmo artigo”.

Não vemos porque não se inclua no texto original a ressalva que possa proteger o contribuinte que cometeu equívoco de lançamento, isento de dolo.

Não pretendemos nos alongar nessa matéria que foi debatida por esta Casa, consta do processo legislativo, a prova de contribuintes, de uma das centenas de contribuintes que diariamente recolhe enganado o ICM ao Estado. É matéria pequena, é matéria que se ouve sempre comentários, quando se está em contato com os comerciantes, com contadores, com encarregados de firmas, da escrita das firmas. É uma matéria, enfim, que até a sua defesa vem, no que diz respeito a popularidade, em defesa do próprio Chefe do Executivo deste Estado, porque ele, como responsável que é por todos esses setores está recebendo também, sobre seus ombros, a carga dessa impopularidade, dessa antipatia por dispositivos inconstitucional, um dispositivo que atenta contra os direitos e que entretanto, S. Exa., talvez por ausência de sensibilidade, esquece que lei é aquilo que, de perto, diz respeito aos interesses do povo e a solução de um problema que afeta a população; na parte que lhe diz respeito deixou uma vez mais ou pretende deixar uma vez mais o órgão arrecador do Estado — e sabem muito bem de que forma muitas vezes essa arrecadação é exercida, com força policial sobre o comerciante — deixou mais uma vez o pequeno e o médio comerciante, que evidentemente nenhum caso fazem da multa de 300 cruzeiros, mas a grande maioria dos comerciantes sujeitos a, além de perderem seu crédito, a terem que recolher uma multa sobre um erro material, ao qual qualquer um de nós está sujeito.

Gostaria de fazer, ao concluir, uma observação sobre a maneira que vêm sendo votados os vetos nesta Casa. Raramente um veto governamental é rejeitado pela Casa. Neste caso, em que se verificou a aceitação das emendas, inclusive com a participação das duas lideranças desta Casa, de suas respectivas bancadas, nós embora não encaremos com muito otimismo sua rejeição, confiamos que, pelo menos neste caso, esse acordo de cavalheiros firmado entre as lideranças, embora verbalmente, haverá de ser cumprido. A fim de que não fuja uma vez mais desta Casa a austeridade de que deve se revestir o processo legislativo, e afim de que também fique melhor expresso em casos gerais, não estou me referindo exclusivamente a esse caso, da vontade manifesta do Governo, a fim de que não fiquemos sujeitos a esse tipo de variação que acaba por desacreditar com o próprio Poder Legislativo, porque não nos enganemos que leis desta natureza e leis que dizem de perto aos interesses populares, são acompanhadas pelos interessados e o povo fica ciente daquilo que se fez e daquilo que se pratica dentro desta Casa, na apreciação de projetos legislativos e, consequentemente, quando ela aceita o respectivo veto.

Confiamos que nesta vez, porque até mesmo a rejeição do veto será um benefício que se fará à própria pessoa do Governador do Estado, que efetivamente a sensibilidade com que o Estado deve olhar para o contribuinte, muito embora possa não ter sido de origem popular.

Mas se é verdade que, realmente, o Governo que aí está pretende se popularizar, não pode deixar que passem projetos desta natureza sem que se sensibilize ante o clamor que existe em meio aos nossos pequenos e médios comerciantes.

Vemos mais que isto ainda, vemos a moralização do órgão arrecador do Estado, comprometido em episódios desta natureza em que uma pequena contribuinte, uma pequena comerciante se vê assaltada em sua bolsa pela arrogância da fiscalização do Estado e é obrigada a recolher uma multa de Cr\$ 300,00, porque ela, em vez de cobrar do Estado Cr\$ 128,00, quis recolher Cr\$ 128,00 ao Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Em votação. Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela Ordem), Sr. Presidente, requer verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Bai ser procedida a verificação de votação, requerida pelo Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. ACCIOLY NETO — (Pela Ordem). Sr. Presidente, solicito informação da Mesa sobre qual o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o dispositivo vetado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — O parecer da Comissão de Constituição e Justiça, anunciado anteriormente, é pela rejeição do veto.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto queiram se conservar sentados. (Pausa). 20 Srs. Deputados aprovam o projeto e 15 Srs. Deputados rejeitam. — Mantido o veto.

Em discussão veto aposto ao art. 13. Parecer da Comissão pela manutenção do veto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o artigo do projeto, mantido o veto.

Em seguida, serão apreciadas as expressões:

... “e extintos”, “e após autorização do legislativo” e “de” constantes do item 39, do art. 16; as disposições da letra “c”, do item 39, do art. 16; as expressões “em caso idêntico”, constantes da letra “d”, do item 39, do art. 16.

Em discussão o veto aposto às expressões. Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o artigo do projeto, mantido o veto.

Em votação as expressões:

...em seu domicílio tributário, por qualquer das formas previstas no inciso 18, do artigo 56”, constantes do art. 17.

Em discussão o veto aposto às expressões. Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o artigo do projeto, mantido o veto.

Votação parcial sobre as disposições contidas no artigo 20. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o artigo 20 do projeto, mantido o veto.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 02/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 60/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, para execução do projeto de Engenharia da Rodovia BR-153, trecho Ibaiti - Alto do Amparo. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 172/75, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que declara de utilidade pública, a Sociedade Caxiense de Mútuo Socorro, com sede na cidade de Caxias do Sul - Estado do Rio Grande do Sul. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 23/76, de autoria do Poder Executivo, mensagem n.º 42/76, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva criar no Quadro Próprio de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado, cargos que especifica e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., C/ EMENDA. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovados projeto e Emenda.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 03/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 74/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Engenheiro Beltrão, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 290/73, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que estadualiza a estrada que liga Cerro Azul a Sengés, via Vila Varzeão. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.O.P.T.C. e CONTRÁRIO DA C.F., COM SUBSTITU-

TIVO. — Aprovado, com Substitutivo, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 173/75, de autoria do Deputado Deni Schwartz, que declara de utilidade pública a Sociedade Esportiva, Recreativa, Beneficente Primavera de Enéas Marques — Paraná, com sede na cidade de Enéas Marques. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 13/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 68/76, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e a Fundação Instituto Agrônômico do Paraná, objetivando desenvolvimento de um programa Especial de Pesquisa conforme especifica. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

Comissão de Constituição e Justiça

Projeto de Resolução n.º 13/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, e a Fundação Instituto Agrônômico do Paraná, objetivando o desenvolvimento de um Programa Especial de Pesquisa visando seu desenvolvimento e a busca à identificação de novas técnicas de produção.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de março de 1976.

aa)

Accioly Neto - Presidente

Ivan Rüppel - Relator.

Comissão de Constituição e Justiça

Parecer à Proposição n.º 68/76

Relatório

I — Cumprindo determinação da Constituição Estadual o Senhor Governador está enviando a esta Casa de Leis, cópia autêntica do Convênio firmado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Agricultura e a Fundação Instituto Agrônômico do Paraná, objetivando o desenvolvimento de um Programa Especial de Pesquisa, visando seu fortalecimento e a busca à identificação de novas técnicas de produção.

II — Firmar convênio encontra amparo legal, no que dispõe o artigo 47, inciso IX, da Constituição do Estado, que diz ser da inteira competência do Senhor Governador firmar Convênios com a União, com os Estados e com os Municípios, e também por força de dispositivos constitucionais, cabe a Assembléia referendá-los.

III — Em assim sendo, oferecemos nosso parecer pela aprovação da Proposição em estudo, obedecido os termos do Projeto de Resolução em anexo.

Sala das Comissões, em 22 de março de 1976.

aa)

Accioly Neto — Presidente

Ivan Rüppel — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 14/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 78/76, que aprova Convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado do Paraná, objetivando prosseguimento dos trabalhos ligados ao programa de Defesa Sanitária Vegetal e ao Sub-Programa Erradicação do Cancro Cítrico, no Estado. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

Comissão de Constituição e Justiça

Projeto de Resolução n.º 14/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 23 de junho de 1975, entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado do Paraná, objetivando o prosseguimento dos trabalhos ligados ao Programa de Defesa Sanitária Vegetal, e ao Sub-Programa da Erradicação do Cancro Cítrico, no Estado.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de março de 1976.

aa) Accioly Neto - Presidente

Ivan Rüppel - Relator.

Comissão de Constituição e Justiça

Parecer à Proposição n.º 78/76

I- Em obediência a dispositivos constitucionais o Senhor Governador encaminha a esta Casa, cópia autêntica do Convênio firmado em 02 de junho de 1975, entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado do Paraná, visando o prosseguimento dos trabalhos ligados ao Programa de Defesa Sanitária Vegetal, e ao Sub-Programa da Erradicação do Cancro Cítrico, em área do Estado.

II- Celebrar Convênio, conforme preceitua a Constituição Estadual, da exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo.

III- Assim sendo, oferecemos nosso parecer pela aprovação da Proposição em estudo, obedecido os termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 22 de março de 1976.

aa) Accioly Neto - Presidente

Ivan Rüppel - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 153/74, de autoria do Deputado Antônio Belinati, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública, a Ação Maçônica Abraham Lincoln - AMAL, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro. Parecer favorável da C.C.J. - **Aprovado.**

Projeto de Lei n.º 153/74.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarado de utilidade pública, a AÇÃO MACÔNICA ABRAHAM LINCOLN - AMAL -, com sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de setembro de 1974.

a) Antônio Belinati.

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade AÇÃO MACÔNICA ABRAHAM LINCOLN que ora se pretende declarar de utilidade pública no nosso Estado, já o é no Estado da Guanabara e preenche todos os requisitos para atingir seu fim, ou seja, tem seus estatutos registrados no Cartório de pessoas Jurídicas competentes; vem funcionando de forma efetiva desde 1964 e presta serviços de utilidade pública à população da cidade já mencionada. Finalmente, os membros de sua diretoria não percebem qualquer remuneração, conforme fica comprovado pelo documento anexo.

Assim, pois, levamos o presente plano de lei à consideração dos nobres Pares, esperando que se lhe dê o indispensável apoio e final aprovação.

Comissão de Constituição e Justiça

Parecer ao Projeto de Lei N.º 153/74.

Autor: Deputado Antônio Belinati.

I - O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Antônio Belinati, visa declarar de utilidade pública a AÇÃO MACÔNICA ABRAHAM LINCOLN, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro.

II - Cumprindo o que estabelece a Lei Estadual n.º 4399, e pelo Decreto Federal n.º 50.517, de 02/05/61, que regulamentou a Lei n.º 91, de 28/08/35, o plano de lei em exame retornou a esta Comissão, agora plenamente instruído, e em condições de receber a aprovação desta Casa.

III - Assim sendo, muito prazerosamente oferecemos nosso parecer pela sua aprovação.

Parecer Favorável, portanto.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto - Presidente

Ivan Rüppel, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Dalsasso, de tradicional família de Verê. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 149/75. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 30/76. -

A Mesa comunica que o projeto está inclusive no prazo constitucional, e as vantagens entrarão em vigor, em dias pré-determinados.

E pergunta, se o apressamento, se passar a um prazo de regime de urgência, não virá perturbar a apreciação da matéria pela Casa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - (Para discutir) - Sr. Presidente. Sendo eu o autor, deixo de apreciar, Sr. Presidente, porisso peço a retirada do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) - Deferido a retirada pelo autor, do requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando a inserção nos Anais da Casa do Editorial, sob o título "A Advertência do Incêndio em Paranaguá", do jornal "Gazeta do Povo", solicitando ainda, seja oficiado aos Srs. Secretário dos Transportes e Comandante do Corpo de Bombeiros, no sentido de que sejam efetuados estudos visando dotar o Porto de Paranaguá, especialmente o cais de inflamáveis, de material e pessoal necessários ao combate de incêndio. **Aprovado.** (O editorial acha-se publicado no final desta ata.)

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que sejam tomadas providências, visando a conclusão do "Estádio Pinheirão". - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Associação Brasileira de Imprensa, pelo seu 68.º aniversário de fundação. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Presidência da PARANATUR, agradecendo pela inclusão das solenidades e festejos realizados no município de Porto Rico, no calendário Turístico paranaense. - **Aprovado.**

Será enviada por esta Assembléia, oficialmente, a proposição do Sr. Deputado Valter Pietrângelo. A Assembléia apenas servirá de veículo a um pedido pessoal de S. Exa. à PARANATUR.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretários do Transporte e do Planejamento, em forma de pedido de informações, referentes às Rodovias Maringá-Santo Inácio e Maringá-Rolândia, solicitando ainda, sejam remetidos, para efeito de consulta, cópias dos estudos já realizados. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, em forma de apelo, reivindicando instalação de Mini-Posto de Saúde, no distrito de Ademar de Barros, município de Terra Rica.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado Moção de Apoio desta Casa, à Prefeitura da Câmara Federal, ao Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Walber Guimarães.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da COPEL, no sentido de que sejam iniciadas as obras para instalação de luz e força no distrito de Santa Cruz, município de Catanduvas.— **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão Única — da Proposição n.º 82/76.

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 23/76.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 03/76 e dos Projetos de Lei n.ºs 290/73 e 173/75.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 13/76, 14/76 e 153/74.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 15/76 e de Lei n.º 72/75, 149/75 e 170/76.

Levanta-se a sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA,
FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO
ACCIOLY NETO,
EM SESSÃO DO DIA 12 DE ABRIL DE 1976.**

“A Advertência do Incêndio em Paranaguá”

Felizmente, o incêndio irrompido em dependências da Esso Brasileira de Petróleo, em Paranaguá, foi o que se poderia qualificar de um desastre circunscrito.

As notícias que, ontem publicamos em primeira página, encerram, todavia, uma advertência da qual poderíamos tirar algumas lições. Uma delas é de que se o sinistro tivesse atingido outros depósitos de combustíveis as consequências seriam

imprevisíveis, admitindo-se até mesmo, que boa parte de Paranaguá, “poderia deixar de existir”.

Na verdade, a localização desses enormes recipientes de combustível e de gás não tem sido objeto de melhores estudos. No caso parnanguara há, na baía, uma ilha, virtualmente defronte à cidade, que poderia, perfeitamente, ser o local para onde se deveria colocar os depósitos referidos. Ao invés do atual cais de inflamáveis, cuja tendência é de expandir-se dentro das necessidades crescentes desses valores energéticos, poder-se-ia estudar a possibilidade de localizar numa das ilhas da baía, para que a valorosa população parnanguara não viva tendo sobre suas cabeças a ameaça — que por um átimo não se concretizou no episódio de sexta-feira — de uma eventual explosão e não incêndio, apenas, no citado cais.

Nesse particular e por uma associação de idéias, voltamos àquela ordem de pontos de vista já expendidos pela “Gazeta do Povo” a propósito da transferência, para Araucária, dos depósitos de gás existentes na Marechal Floriano, antes da via férrea.

Quanto se sabe, existe um plano que objetiva a transferência em apreço. O que, todavia, não sabe ao certo é quando isto se vai verificar.

Quando os atuais depósitos de gás, na Marechal Floriano, foram construídos, a cidade não tinha, ainda, chegado até lá. A expansão, contudo, se vem fazendo intensamente e, hoje, a realidade nos mostra que eles se encontram em plena Curitiba, numa área de comércio de muito movimento e, também, de residências.

Por inúmeras vezes colocamos o problema em evidência, no sentido de que se torne, imperativamente, necessário proceder-se a transferência desses enormes tanques de gás para áreas bem longínquas da cidade. A Prefeitura da Capital estudou o problema e, entretanto, não se tem notícia exata sobre quando haveria a possibilidade de serem transferidos esses tanques de inflamáveis da Marechal Floriano.

Sem pretender buscar sensacionalismo ou trazer insegurança, para os moradores da área, cremos estar agindo muito certo ao buscar, nas ocorrências havidas, agora, em Paranaguá, o exemplo de advertência para uma situação que, ao nosso ver, já deveria ter sido solucionada para os que residem nas proximidades dos tanques de gás da Marechal Floriano.”